



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

---

Lei Complementar nº005/2009. Taperoá, 02 de fevereiro de 2009.

DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE  
TAPEROÁ, AUTORIZA CRIAÇÃO DE  
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Taperoá aprovou e o Prefeito Constitucional do Município de Taperoá no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### DAS FINALIDADES, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

#### CAPÍTULO I DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Art. 1º** - Esta Lei Complementar ordena o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Taperoá, de suas autarquias e fundações, dispondo acerca da natureza e das características dos benefícios previdenciários dos servidores da administração direta ou indireta titulares de cargo efetivo e do respectivo regime de custeio.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar autarquia municipal regida pelos dispositivos da presente Lei, com personalidade jurídica própria para gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taperoá.

**Art. 2º** - Este regime estabelece as normas aplicáveis ao sistema de previdência social, que por meio de contribuição, assegura aos servidores titulares de cargos efetivos do Município de Taperoá:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

I- meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e

II - proteção à maternidade e à família.

Art. 3º - Os princípios e objetivos que nortearão o sistema de previdência são:

I- cobertura exclusiva de servidores titulares de cargos efetivos;

II - caráter contributivo e solidário;

III - observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;

IV - unicidade de regime e de unidade gestora no âmbito do Município de Taperoá;

V- administração democrática e descentralizada.

**CAPÍTULO II  
Dos Beneficiários**

Art. 4º - São filiados do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

Art. 5º - Permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I-cedido para outro órgão ou entidade da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração do Município, observados os prazos previstos no art. 68.

§1º - As contribuições previdenciárias referentes ao servidor cedido, conforme disposto no inciso I, deverão ser recolhidas pelo órgão ou entidade cessionário e repassadas, nos prazos aqui previstos, para o Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

§2º - Ao ceder o servidor público titular de cargo efetivo a Coordenadoria de Recursos Humanos do Município deverá informar o valor da remuneração, as alíquotas e as datas de vencimento, para possibilitar a realização do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

cálculo das contribuições mensais, bem como quando houver modificações nos valores inicialmente informados.

§3º - Ocorre a perda da condição de segurado nas seguintes hipóteses:

- I - falecimento;
- II - exoneração ou demissão;
- III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;
- IV - interrupção do recolhimento das contribuições conforme disposto no art. 68, desta Lei.

§4º - Fica obrigada a Coordenadoria de Recursos Humanos do Município, bem como os órgãos equivalentes do Poder Legislativo, das Autarquias Municipais e das Fundações Públicas mantidas pelo Município, a prestar mensalmente informações atualizadas sobre todos os segurados do vinculados a autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, incluindo as informações sobre:

- I - matrícula;
- II - nome;
- III - órgão de lotação;
- IV - cargo;
- V - remuneração mensal discriminada;
- VI - valor da contribuição previdenciária descontada;

Art. 6º - O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios permanece filiado ao regime previdenciário de origem, para onde deverão ser repassadas suas contribuições previdenciárias.

**Seção I**  
**Dos Segurados**

Art. 7º - São segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá:

I - Segurados Ativos, os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e

II - Segurados Inativos:

- a) os servidores públicos do Município que estejam gozando de benefícios assegurados por esta Lei;
- b) os segurados ativos que passarem à inatividade; e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

c) os pensionistas.

Art. 8º - Excluem-se da filiação a esse sistema, sendo obrigatoriamente filiado ao Regime Geral de Previdência Social:

I - Os titulares de cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal de quaisquer dos Poderes do Município de Taperoá, os titulares de contrato administrativo por tempo determinado;

II - os que tenham vínculo empregatício fora do quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Município e estejam legal e formalmente postos a sua disposição, sujeitar-se-ão ao sistema de previdência de seu órgão de origem;

III - os agentes políticos, assim entendidos os servidores públicos investidos de mandato e os secretários municipais;

**Seção II**  
**Dos Dependentes**

Art. 9º - Consideram-se beneficiários, na condição de dependentes do segurado:

I- o cônjuge, a companheira ou companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido;

II - os pais, desde que comprovem depender econômica e financeiramente do participante; e

III - os irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, desde que comprovem depender econômica e financeiramente do participante.

§ 1º - Cada inciso corresponde a uma espécie de dependentes, a existência de dependentes de uma espécie, exclui os dependentes das espécies subseqüentes.

§ 2º - Os dependentes da mesma espécie concorrem em igualdade de condições e repartirão igualmente os proventos advindos de benefícios previdenciários.

§3º - O cônjuge é a exceção ao disposto no parágrafo anterior, visto que fará jus a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, deixando a outra metade para ser dividida entre os demais dependentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

§4º - Os filhos inválidos somente farão jus ao benefício após completarem a idade limite, se forem solteiros e não possuírem outra fonte de renda, desde que a invalidez seja anterior ao fato gerador do benefício e seja confirmada anualmente pela Perícia Médica Oficial do RPPS.

§5º - Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§6º - O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante a apresentação do termo de tutela.

§7º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada, sendo necessária a comprovação judicial desta união.

§8º - Para efeitos desta lei a união estável somente será verificada entre o homem e a mulher quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ante a coabitação em regime marital, mediante residência sob o mesmo teto por prazo não inferior a 2 (dois) anos, prazo esse dispensado, quando houver prole comum, enquanto não se separarem.

§9º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I, deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§10º - São consideradas dependentes econômicas, para os fins desta lei, aquelas cujos rendimentos brutos mensais comprovados sejam inferiores ao salário mínimo vigente.

Art. 10 - A perda da condição de dependente ocorre:

I- para o cônjuge:

- a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos; ou
- b) pela anulação do casamento.

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com segurado ou segurada, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - para o filho, enteado, menor tutelado, ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválidos; e

IV para os dependentes em geral e irmão:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

- a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;
- b) pelo falecimento;
- c) ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválidos.

**Seção III  
Das Inscrições**

Art. 11 - A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo ou quando da concessão do benefício previdenciário no caso dos segurados inativos.

§1º - Aquele que exerce mais de uma atividade abrangida por esta Lei, está obrigado a contribuir em relação a todas elas, nos seus termos e condições.

§2º - Aqueles que, na data da publicação desta Lei, forem servidores públicos do Município titulares de cargo efetivo, assim como seus dependentes e pensionistas, serão, automática e obrigatoriamente, inscritos como segurados.

Art. 12 - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes.

§ 1º - A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção da Perícia Médica do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

§ 2º - As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º - A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 4º - O participante casado não poderá realizar a inscrição de companheira, enquanto mantiver convivência com o cônjuge ou não caracterizar a ocorrência de fato que possa ensejar sua separação judicial ou divórcio.

§5º - Caso o segurado venha a falecer sem efetivar a inscrição dos seus dependentes, estes poderão promovê-la, desde que cumpridas as exigências legais.

§6º - Constituem documentos necessários à inscrição de dependente:

I - cônjuge e filhos: certidões de casamento e de nascimento;

II - companheira ou companheiro: documento de identidade e certidão de casamento com averbação da





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros, ou ambos, já tiver sido casado, ou de óbito, se for o caso, e declaração judicial, ou lavrada perante Ofício de Notas, da existência de união estável;

III - enteado: certidão de casamento ou de existência de união estável do participante e de nascimento do dependente;

IV - equiparado a filho: documento de outorga de tutela ao participante e certidão de nascimento do dependente;

V - pais: certidão de nascimento do participante e documentos de identidade de seus progenitores; e

VI - irmão: certidão de nascimento.

§7º - Para comprovação do vínculo e da dependência econômica e financeira, conforme o caso, poderão ser apresentados os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento de filho havido em comum;

II - certidão de casamento religioso;

III - declaração do imposto de renda do participante em que conste o interessado como seu dependente;

IV - disposições testamentárias;

V - anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feita pelo órgão competente;

VI - declaração específica feita perante tabelião;

VII - prova de mesmo domicílio;

VIII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

IX - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;

X - conta bancária conjunta;


XI - registro em associação de qualquer natureza em que conste o interessado como dependente do participante;

XII - anotação constante de ficha ou livro de registro de participantes;

XIII - apólice de seguro da qual conste o participante como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

XIV - ficha de tratamento em instituição de assistência médica em que conste o participante como responsável;

§8º - Qualquer fato superveniente à filiação do participante que implique exclusão ou inclusão de dependente deverá ser comunicado de imediato ao órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social, mediante

 7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

requerimento escrito acompanhado dos documentos exigíveis em cada caso.

§9º - Somente será exigida a certidão judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data do início de vigência da Lei federal nº 8.069, de 1990.

§10º - Sem prejuízo do disposto no inciso II do § 6º deste artigo, para a comprovação de união estável com companheira ou companheiro, os documentos enumerados nos incisos III, IV, V e XII do § 7º, deste artigo, constituem prova suficiente ao deferimento da inscrição, devendo os demais ser considerados em conjunto de no mínimo três, a serem corroborados, quando necessário, por justificação administrativa processada na forma desta Lei Complementar.

§11º - No caso de pais, irmãos, enteados ou equiparados a filho, a prova de dependência econômica e financeira será feita por declaração do participante firmada perante o órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social, acompanhada de um dos documentos referidos nos incisos III, V, VI e XIII do § 7º, deste artigo, que constituem prova suficiente, devendo os documentos referidos nos incisos IV, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIV e XV serem considerados em conjunto de no mínimo três, a serem corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer sócio-econômico do órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social.

§12º - No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, a invalidez será comprovada mediante exame médico-pericial a cargo do órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social.

§13º - Deverá ser apresentada declaração de não emancipação, pelo participante, no ato de inscrição de dependente menor de vinte e um anos.

§14º - Para inscrição dos pais ou irmãos, o participante deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social.

§15º - Os dependentes excluídos desta qualidade em razão de lei terão suas inscrições tornadas automaticamente ineficazes.

**Seção III**  
**Da Perda da Qualidade de Participante ou**  
**Dependente**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

---

Art. 13 - Perde a qualidade de participante o titular de cargo efetivo que tiver cessado, voluntária ou normativamente, seu vínculo jurídico a este título com o Município, suas autarquias e fundações, e demais entidades sob seu controle direto ou indireto.

Parágrafo único - A perda da condição de participante por exoneração, dispensa ou demissão implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

Art. 14 - A perda da qualidade de dependente, para os fins do Regime Próprio de Previdência Social, ocorre:

I - para o cônjuge:

- a) pela separação judicial ou divórcio, quando não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
- b) pela anulação judicial do casamento;
- c) pelo abandono do lar, reconhecido por sentença judicial transitada em julgado;
- d) pelo óbito; e
- e) por sentença transitada em julgado;

II - para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o participante, quando não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - para o cônjuge, companheira ou companheiro de participante falecido, pelo casamento ou pelo estabelecimento de união estável;

IV - para o filho, para o equiparado ao filho e para o irmão, ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, pela emancipação ou ocorrência de qualquer das hipóteses de que trata o § 1º do art. 9º do Código Civil, salvo se inválidos; e

V - para os dependentes em geral:

- a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica e financeira; e
- b) pelo falecimento.

Parágrafo único - A inscrição de dependente em classe preeminente a de outro já inscrito implica a submissão do gozo de benefício por este à ordem estabelecida nesta Lei Complementar.

Art. 15 - Permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social, na qualidade de participante, o servidor ativo que estiver:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios; e

II - afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração, nas hipóteses e nos prazos estabelecidos em lei.

Parágrafo único - Incumbe ao servidor, nas situações de que trata o presente artigo, promover o recolhimento tempestivo das contribuições previdenciárias próprias e das relativas ao órgão ou entidade de vinculação, exceto, neste caso, quando assumida a respectiva responsabilidade pelo órgão ou entidade cessionária.

**TITULO II  
DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

Art. 16 - As prestações do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá consistem nos seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária;
- d) auxílio-doença;
- e) salário-maternidade; e
- f) salário-família;

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

**CAPÍTULO I  
Das Regras para Aposentadoria**

Art. 17 - A concessão de aposentadoria para os servidores efetivos deverá obedecer a três regras distintas:

I- a geral ou permanente será concedida ao servidor efetivo, com ingresso regular no serviço público a qualquer tempo, que implementar todos os requisitos pessoais, temporais e funcionais aqui previstos;

II - a de transição se divide em dois tipos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

a) o primeiro tipo será concedido ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público, antes de 15 de dezembro de 1998 e implementar todas as condições pessoais, temporais e funcionais previstas no art. 23 da presente Lei;

b) o segundo tipo será concedido ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público, antes de 31 de dezembro de 2003 e implementar todas as condições pessoais, temporais e funcionais previstas no art. 24 desta Lei;

c) o terceiro tipo será concedido ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público, até 16 de dezembro de 1998 e implementar todas as condições pessoais, temporais e funcionais previstas no art. 25, desta Lei;

III - a de direito adquirido será assegurada ao servidor efetivo, a qualquer tempo, para concessão de aposentadoria que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção de benefícios conforme os critérios da legislação então vigente.

Parágrafo único - É assegurado ao servidor efetivo enquadrado na regra do direito adquirido ou na regra de transição o direito de opção pelo benefício concedido pela regra geral.


**CAPÍTULO II  
Da Aposentadoria por Invalidez**

Art. 18 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz, insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade pública municipal ou de readaptação de função, enquanto permanecer nessa condição.

§1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de auxílio-doença.

§2º - A aposentadoria por invalidez terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados conforme o disposto no art. 28 da presente Lei, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, sendo estas definidas no §6º, deste artigo, que será calculado de acordo com o disposto no art. 27 da presente Lei.

§3º - Considera-se acidente em serviço, para efeitos do parágrafo anterior, aquele ocorrido no exercício do

 11





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

§4º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta lei:

I- o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§5º - Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§6º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o §2º, deste artigo, tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

§7º - A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§8º - Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela Perícia Médica do RPPS, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio-doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.

§9º - É vedada a concessão da aposentadoria por invalidez, quando a incapacidade permanente for causada por doença pré-existente ao ingresso do segurado no serviço público efetivo.

§10 - O segurado é obrigado a se submeter anualmente ao exame da Perícia do RPPS, sob pena de suspensão do pagamento do seu benefício, caso seja verificada a cessação da incapacidade o benefício será extinto ex-offício.

**CAPÍTULO III**  
**Da Aposentadoria Compulsória**

Art. 19 - O Segurado Ativo será automaticamente aposentado ao completar setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculados segundo o disposto no art. 28 desta Lei.

§1º - A aposentadoria será declarada por ato do Prefeito Municipal, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço.

§2º - A aposentadoria compulsória independe de requerimento, devendo ser declarada ex-offício pelo Prefeito Municipal.

§3º - A contagem do tempo de contribuição do servidor para cálculo dos proventos somente se dará até a data em que completar 70 (setenta) anos de idade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

§4º - As vantagens pecuniárias somente serão computadas para efeito de cálculo dos proventos se adquiridas antes da data em que completar 70 (setenta) anos de idade.

Art. 20 - Aos servidores que, após o implemento da idade limite para permanência no serviço público, tenham sido mantidos em exercício de cargo de provimento efetivo, deverá ser concedida a aposentadoria imediatamente.

**CAPÍTULO IV  
Da Aposentadoria Voluntária**

**Seção I  
Da Aposentadoria Por Idade e Tempo De Contribuição**

Art. 21 - O Segurado Ativo fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados segundo o disposto no art. 27, da presente Lei desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

§1º - Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§2º - Para fins do disposto no parágrafo anterior, consideram-se funções de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula.

§3º - O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária de que trata este artigo e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contida no art. 19 desta Lei.





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**Seção II**  
**Da Aposentadoria por Idade**

Art. 22 - O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Parágrafo único - Para o cálculo dos proventos proporcionais será considerado um trinta e cinco avos por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher e observado o que dispõem o art. 28.

**Seção III**  
**Das Aposentadorias Pela Regra de Transição**

Art. 23 - Ao Segurado Ativo que tiver ingressado em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentadoria pelas regras estabelecidas neste artigo, quando cumprir cumulativamente:

I - cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação da Emenda Constitucional n° 20, de 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite mínimo de tempo de contribuição constante na alínea anterior.

§1° - O servidor que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

inatividade calculada com base no art. 27 da presente Lei, reduzida para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 21, III, e seu §1º da presente Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§2º - O professor que até 16 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério.

§3º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 19, da presente lei.

§4º - Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei.

Art. 24 - O Segurado Ativo que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da sua última remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, quando observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no §1º do art. 21, da presente Lei, vier a preencher cumulativamente as seguintes condições:

§1º - Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§1º - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da Lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§2º - Entende-se por totalidade da remuneração o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei incorporadas ou incorporáveis à remuneração do servidor.

§3º - Fica vedada à inclusão, para cálculo do provento, de qualquer espécie remuneratória paga em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho, assim como os adicionais de caráter individual, ou quaisquer outras vantagens pagas sobre o mesmo fundamento, ainda que sobre ela incida a contribuição previdenciária.

Art. 25 - Ressalvado o direito de opção pelas demais aposentadorias voluntárias, o segurado, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da última remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II - 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 21, inciso III, desta Lei, de 1 (um) ano de idade para cada ano de contribuição





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

que exceder a condição prevista no inciso I, do caput deste artigo.

§1º - Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos, que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

§2º - Entende-se por totalidade da remuneração o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei, incorporadas ou incorporáveis à remuneração do servidor.

§3º - Fica vedada à inclusão, para cálculo do provento, de qualquer espécie remuneratória paga em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho, assim como os adicionais de caráter individual, ou quaisquer outras vantagens pagas sobre o mesmo fundamento, ainda que sobre ela incida a contribuição previdenciária.

**CAPÍTULO V**  
**Do Direito Adquirido**

Art. 26 - É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referida no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data prevista no caput, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 27 - O servidor de que trata o artigo anterior, que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

**CAPÍTULO VI**

**Das Disposições Gerais Da Aposentadoria**

Art. 28 - Com exceção dos benefícios de aposentadoria previstos nos artigos 24, 25 e 26, desta Lei, o cálculo dos proventos de aposentadoria aqui previstos considerará a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994, até a última competência percebida antes do requerimento do benefício.

§1º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com os fatores de atualização determinados pelo Ministério da Previdência Social.

§2º - Na hipótese da não instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§3º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§4º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

- I - inferiores ao valor do salário mínimo;
- II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

III - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§5° - Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§6° - É vedada à inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor, respeitado, em qualquer hipótese, o limite constitucional da última remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

§7° - É vedada à inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho ou do abono de permanência, assim como as indenizações e auxílios.

Art. 29 - Para o cálculo dos proventos proporcionais será considerado um trinta e cinco avos por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, da média das contribuições calculada conforme o disposto no art. 28 da presente Lei.

Parágrafo único - É vedado o arredondamento dos anos de contribuição utilizados para cálculo do benefício proporcional, devendo ser considerada a fração centesimal dos anos incompletos na proporção prevista no caput.

Art. 30 - O tempo de serviço considerado pela legislação vigente até 15 de dezembro de 1998 para efeito de aposentadoria será contado como tempo de contribuição, inclusive o fictício, sendo vedado o cômputo de qualquer tempo fictício adquirido após aquela data.

Parágrafo único - Considera-se tempo de contribuição fictício todo aquele expressamente considerado em Lei Municipal específica ou no Estatuto dos Servidores como tempo de serviço público para fins de concessão de aposentadoria sem que haja, por parte do servidor, a prestação de serviço e a correspondente contribuição social, cumulativamente, dentre outros, os seguintes casos:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 
- I - tempo contado em dobro da licença-prêmio não gozada;
  - II - tempo contado em dobro de férias não gozadas;
  - III - tempo contado em dobro do serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra;
  - IV - tempo em que o servidor esteve aposentado, sem contribuição para nenhum regime de previdência.

Art. 31 - O tempo de contribuição federal, distrital, estadual ou municipal não concomitante, comprovado através de certidão de tempo de contribuição do respectivo órgão de pessoal, será contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 32 - O tempo de contribuição será contado em dias e, após deduzidas as faltas, interrupções, suspensões e licenças não remuneradas, convertido em anos, considerando o ano com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e o mês com 30 (trinta) dias;

Art. 33 - O tempo de contribuição prestado em atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social só deverá ser averbado e considerado como tempo de contribuição para efeito da aposentadoria, se não for concomitante e for comprovado mediante certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

Parágrafo único - Não é legítima a averbação de tempo de serviço mediante justificção judicial que não venha acompanhada da competente certidão expedida pelo órgão público onde o serviço tenha sido prestado ou do Instituto Nacional de Seguro Social, no caso de tempo prestado em atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 34 - Ressalvado o disposto no art. 19, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão.

Art. 35 - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

Art. 36 - Com exceção dos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em

 21



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

lei complementar federal, é vedada a concessão de aposentadoria com adoção de requisitos e critérios diferenciados.

Art. 37 - Os proventos de aposentadoria calculados pelas regras gerais e de transição não poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

Art. 38 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente do Plano de Seguridade Social do Servidor, do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, dos Militares das Forças Armadas e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§1º - A vedação do caput não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, exceto se decorrentes de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.

§2º - Na hipótese da proibição de percepção de mais de uma aposentadoria prevista no parágrafo anterior, será facultado ao servidor inativo a opção por um dos proventos de aposentadoria.

Art. 39 - A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidas cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.

§1º - Aplica-se o limite fixado no caput à soma total dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades

 22





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERÓA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma prevista art. 37, XVI da Constituição Federal e art. 17, §§ 1º e 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de cargo eletivo.

§2º - As remunerações, os subsídios e os benefícios de que trata o caput que estejam sendo percebidos em desacordo do disposto neste artigo serão imediatamente reduzidos aos limites dele decorrentes, de forma proporcional, mediante desconto do valor excedente.

Art. 40 - Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam esta Lei com exceção dos artigos 24, 25 e 26, serão reajustados para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação do índice definido em Lei própria.


Parágrafo único - Na ausência de definição do índice de reajustamento, os benefícios serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

Art. 41 - O servidor que completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no art. 21 e no art. 23, da presente Lei, que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 19, da presente Lei.

§1º - Para fazer jus ao abono de permanência o servidor deverá protocolar requerimento junto à entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, que depois de verificar o cumprimento de todos os requisitos, comunicará ao órgão ou entidade a que o servidor estiver vinculado, para liberação do pagamento, a partir do mês subsequente.

§2º - Os servidores que fizerem jus ao abono previsto no caput continuarão contribuindo para o Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, nas mesmas condições e alíquotas dos demais servidores, sendo obrigatória a manutenção da contribuição previdenciária patronal devida nos termos desta Lei.

§3º - O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do órgão ou entidade do Município de

 23





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

Taperoá em que o servidor estiver em atividade e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício.

Art. 42 - O abono de permanência previsto no artigo anterior será concedido, nas mesmas condições, ao servidor abrangido pelo art. 27, da presente Lei.

**CAPÍTULO VII  
Do Auxílio Doença**

Art. 43 - O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado provisoriamente para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos, por motivo de doença ou tratamento de saúde.

§1º - Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção da Perícia Médica do RPPS, não sendo superior a 24 (vinte e quatro) meses.

§2º - Findo o prazo do benefício será suspenso imediatamente.

§3º - Caso o segurado apresente novo atestado médico, que no prazo de cinco dias de findo o prazo anterior pugnando pela incapacidade com mesmo motivo, será submetido à nova inspeção da Perícia Médica do RPPS, que concluirá pela possibilidade de prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação de função ou pela aposentadoria por invalidez.

§4º - No caso de prorrogação do benefício o mesmo será devido desde o primeiro dia de afastamento estabelecido pela Perícia Médica do RPPS, caso o novo atestado seja posterior a cinco dias conceder-se-á um novo auxílio-doença.

§5º - Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

§6º - As remunerações previstas no caput e no §3º serão calculadas de acordo com o art. 66, da presente lei.

Art. 44 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para exercício do seu cargo ou de readaptação de função deverá ser aposentado por invalidez.

**CAPÍTULO VIII**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

---

**Do Salário-Maternidade**

Art. 45 - Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica da Perícia do RPPS.

§2º - O salário-maternidade consistirá numa renda mensal calculada na forma disposta no art. 62, da presente lei.

§3º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§4º - Em caso de falecimento do bebê durante a vigência do salário-maternidade, o mesmo continuará em manutenção até o prazo final estipulado.

Art. 46 - O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

**CAPÍTULO IX**  
**Do Salário-Família**

Art. 47 - Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo ou inativo de baixa renda na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§1º - São considerados segurados de baixa renda apenas aqueles que tenham remuneração total igual ou inferior a R\$ 710,08 (setecentos e dez reais e oito centavos).

§2º - O valor determinado no parágrafo anterior manterá sempre o mesmo valor do benefício equivalente concedido pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo ser corrigido na mesma data de correção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

Art. 48 - Quando o pai e mãe forem segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, ambos terão direito ao salário-família.

Parágrafo único - Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 49 - O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 50 - O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Art. 51 - O valor do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade, é de:

I - R\$ 24,23 (vinte e quatro reais e vinte e três centavos), para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 472,43 (quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos);

II - R\$ 17,07 (dezessete reais e sete centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ \$ 472,43 (quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos) e igual ou inferior a R\$ 710,08 (setecentos e dez reais e oito centavos).

Parágrafo único - O benefício manterá um valor igual ao benefício equivalente aplicado no Regime Geral de Previdência Social, devendo ser corrigido na mesma data e índice do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**CAPÍTULO X**  
**Da Pensão por Morte**

Art. 52 - A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento.

§1º - Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§2º - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 53 - A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea;

IV - da data do requerimento de dependente devidamente inscrito, no caso deste ser protocolado com precedência de mais de 30 (trinta) dias.

Art. 54 - O valor da pensão por morte será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração de contribuição percebida pelo servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

Art. 55 - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§1º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira.

§2º - A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§3º - Serão revertidos em favor dos dependentes e rateados entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

§4º - O pensionista de que trata o §1º do art. 52 deverá anualmente declarar que o segurado permanece



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

Art. 56 - A cota da pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar 18 (dezoito) anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III - pela cessação da invalidez comprovada pela Perícia do RPPS.

Parágrafo único - Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 57 - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o artigo 62.

Art. 58 - Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 59 - Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 60 - A condição legal de dependente, para fins desta lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

Parágrafo único - A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

**CAPÍTULO XI**  
**Do Auxílio-Reclusão**

Art. 61 - O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do segurado de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

baixa renda recolhido à prisão que não perceber remuneração dos cofres públicos.

§1º - O auxílio-reclusão será rateado em cotas partes iguais entre os dependentes do segurado.

§2º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§3º - Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§4º - Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento do subsídio ou da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§5º - Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§6º - Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§7º - Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

**CAPÍTULO XII**

**Das Disposições Gerais Sobre Os Benefícios**

Art. 62 - Prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 63 - O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo da Perícia Médica do RPPS.

Art. 64 - Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§1º - O disposto no caput não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma do Código Civil vigente;

II - moléstia contagiosa; ou

III - impossibilidade de locomoção.

§2º - Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renovável.

§3º - O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, na forma da Lei.

Art. 65 - Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá;

II - o imposto de renda retido na fonte;

III - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

IV - contribuição de inativos e pensionistas previstas nesta lei.

Art. 66 - Os proventos dos benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade serão calculados pela totalidade da última remuneração do cargo efetivo em que se der a concessão do benefício.

§1º - Entende-se por remuneração do cargo efetivo, para efeitos desta Lei, o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, desde que incorporadas pelo segurado.

§2º - É permitida, por opção, formal do servidor, incluir na base de cálculo de seu benefício o valor de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

vantagens pecuniárias percebidas por exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

§4º - O provento do Auxílio-Reclusão será calculado na forma do caput e será devido aos dependentes do segurado considerado de baixa renda, na forma da lei.

Art. 67 - Salvo em caso de divisão do provento entre dependentes e na hipótese de salário-família, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo vigente em âmbito nacional.

Art. 68 - Os proventos de pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificarem os proventos das aposentadorias.

Art. 69 - Na hipótese do inciso II do art. 5º, o servidor mantém a qualidade de segurado até doze meses após a cessação das contribuições.

§1º - O prazo a que se refere o caput será prorrogado por mais doze meses, caso o servidor tenha quantidade igual ou superior a 120 (cento e vinte) contribuições.

§2º - O período de afastamento sem contribuição não será computado para contagem do tempo de contribuição daquele que mantém a qualidade de segurado, não lhe sendo devido benefícios previdenciários as expensas do autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, com exceção da pensão por morte.

§3º - O servidor que perder a qualidade de segurado não fará jus a qualquer dos benefícios previstos na presente Lei, até que readquirir esta qualidade após 6 (seis) contribuições.

§4º - É permitido ao segurado afastado efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas por ele e a respectiva parte patronal, sendo que neste caso permanecerá na condição de segurado até a cessação das contribuições quando iniciará a contagem do prazo estabelecido no caput.

§5º - O segurado afastado que continuar a contribuir nos termos previstos no parágrafo anterior, não poderá ser beneficiado, durante o período de afastamento, por auxílio-doença, salário-maternidade e salário-família.

Art. 70 - Concedida à aposentadoria ou pensão, através de Decreto do Chefe do Executivo, será o ato publicado e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB).

§1º - Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo TCE/PB, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

§2º - O benefício será pago a partir da entrada em vigor do seu ato concessório.

§3º - Caso não seja homologado definitivamente a concessão do benefício, por parte do TCE/PB, deverá ser feita a reversão do segurado ao seu cargo de origem e descontado da sua remuneração o equivalente ao valor dos proventos percebidos indevidamente, de acordo com o determinado pelo gestor do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

§4º - Solicitando o TCE/PB a revisão do valor dos proventos, o responsável do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá descontará nos proventos, de forma parcelada, os valores percebidos indevidamente.

Art. 71 - Fica vedada à celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outros Municípios.

**CAPÍTULO XIII  
Do Décimo Terceiro Salário**

Art. 72 - Será devido o décimo terceiro salário aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá que, durante o ano, receberam benefícios custeados pela autarquia municipal responsável pela sua gestão.

§1º - O décimo terceiro salário tem por base de cálculo o valor da remuneração de contribuição do mês de dezembro de cada ano, sendo pago proporcionalmente ao período em que o segurado percebeu proventos relativos aos benefícios previstos no caput.

§2º - É de responsabilidade da autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social o pagamento do décimo terceiro salário proporcional aos meses de benefício, sendo o restante de responsabilidade do órgão público a que o segurado estiver vinculado.

**TÍTULO III**





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

---

DO CUSTEIO

CAPÍTULO I  
Da Entidade Gestora

Art. 73 - Fica Criado o Instituto de Previdência do Município de Taperoá - IPMT, que passa a ser uma autarquia municipal regida pelos dispositivos da presente Lei, com personalidade jurídica própria, como a entidade responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

Parágrafo único - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a transferir para a entidade de previdência municipal de que trata o artigo anterior os recursos, bens e direitos indispensáveis à composição das reservas técnicas necessárias ao custeio, total ou parcial, dos planos de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 74 - O IPMT será a pessoa jurídica de direito público interno responsável pela gestão administrativa, jurídica e financeira do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

Parágrafo único - A organização administrativa do IPMT obedecerá ao organograma previsto no Anexo I desta Lei e ao estabelecido em regulamento próprio.

Art. 75 - A Diretoria do IPMT será composta por:

- I - Presidente;
- II - Diretor Financeiro;
- III - Diretor de Benefícios;
- IV - Procurador Previdenciário.

§1º - O cargo em comissão de Presidente livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, com status de Secretário Municipal.

§2º - Os cargos em comissão de Diretor Financeiro e Diretor de Benefícios são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, devendo os escolhidos possuir como qualificação mínima curso superior completo ou em curso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

§3º - O cargo em comissão de Procurador Previdenciário é de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 76 - A remuneração da Diretoria do IPMT será determinada pelo quadro que segue:

<b>Cargo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Provimento</b>	<b>Lotação</b>	<b>Simbologia</b>
Presidente	01	Comissão	IPMT	CC1
Gerente Administrativo Financeiro	01	Comissão	IPMT	CC2
Gerente de Previdência Social	01	Comissão	IPMT	CC2
Procurador Previdenciário	01	Comissão	IPMT	CC2

§1º - As remunerações previstas neste artigo ficarão a cargo do IPMT.

§2º - As remunerações respeitarão o disposto no art. 32 da Lei Complementar 01/2009.

Art. 77 - Compete ao IPMT:

- I - gerir seus recursos;
- II - arrecadar a contribuição previdenciária do ente e dos servidores junto ao órgão de lotação do segurado, além de calcular, conferir seu recolhimento e cobrar;
- III - pagar os benefícios previdenciários previstos na presente Lei;
- IV - a sua gestão administrativa e financeira;
- V - a administração da compensação financeira entre regimes;
- VI - operacionalização dos processos administrativos de concessão de benefícios previdenciários;
- VII - representação jurídica e administrativa do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá;
- VIII - tramitar os processos de concessão de benefício;
- IX - prestar contas perante os órgãos competentes e seus segurados.

§1º - A gestão dos recursos inclui aplicações financeiras desde que observadas as normas da Comissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Monetária Nacional (CMN) e segundo as decisões do Comitê de Investimentos.

§2º - O IPMT deverá receber o relatório completo da folha de pagamento dos segurados ativos dos órgãos de lotação, em até 5 (cinco) dias após o seu pagamento, devendo ser o responsável pelo órgão de lotação ser punido de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais no caso de descumprimento do aqui estabelecido.

Art. 78 - Ao Presidente do IPMT compete:

I - representar legalmente a instituição em juízo ou fora dele;

II - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Municipal de Previdência;

III - coordenar as diretorias da instituição, presidindo suas reuniões conjuntas;

IV - aprovar o plano de trabalho anual e supervisionar a elaboração das propostas do orçamento anual e do plano plurianual da instituição encaminhando-as para deliberação do Conselho Municipal de Previdência;

V - contratar consultores e prestadores de serviços externos, na forma da lei;

VI - firmar contrato, com anuência dos segurados entre o IPMC e entidades credoras de valores consignados, na forma da Lei;

VII - contratar depois de realizado o devido procedimento licitatório, os gestores financeiros externos, instituições financeiras idôneas, para o desenvolvimento e aplicação dos recursos e reservas da instituição;

VIII - assinar convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS para operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores - RPPS.

IX - supervisionar, atuando conjuntamente com o Diretor Administrativos e Financeiro, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do IPMC;

X - praticar, conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, os atos relativos à admissão, dispensa, promoção, licenciamento e punição de pessoal, os de pedido de colocação de servidores de outros órgãos à disposição da Instituição;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal de Previdência o Plano de Aplicação e Investimentos; e

XII - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERÓA  
GABINETE DO PREFEITO**

como de competência, cabendo-lhe o exercício da competência residual, quando inexistir atribuição específica de órgão da estrutura administrativa superior da instituição.

Art. 79 - Compete aos Gerentes:

I - Administrativo Financeiro:

- a) coordenar e supervisionar os assuntos relativos à área de informática e de sistemas de fluxo de informação, inclusive quando prestado por terceiros;
- b) gerir e administrar os bens pertencentes à instituição, velando por sua integridade;
- c) administrar os recursos humanos, os serviços gerais, e elaborar a folha de pagamento dos servidores do Instituto;
- d) praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;
- e) controlar e disciplinar internamente os recebimentos e pagamentos;
- f) coordenar e supervisionar os assuntos relativos a área contábil;
- g) avaliar a performance dos gestores financeiros externos e acompanhar os resultados dos investimento por eles feitos; e
- h) elaborar o plano de aplicação e investimentos.

II - De Previdência Social:

- a) praticar atos referentes à inscrição no cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas, bem como à sua exclusão do mesmo cadastro;
- b) apreciar pedidos de concessão de benefícios previdenciários bem com de inscrição dos segurados, dependentes e pensionistas;
- c) elaborar a folha de pagamento de benefícios;
- d) aprovar cálculos atuariais;
- e) controlar a execução dos planos de benefícios previdenciários e do respectivo plano de custeio atuarial;
- f) fornecer as informações necessárias para se proceder anualmente a avaliação atuarial e monitorar a execução do plano de custeio atuarial.

Art. 80 - Ao Procurador de Previdência cabe assessorar o Presidente na competência prevista no inciso VII, do art. 77, além de assessorar os demais Diretores em suas competências específicas e a orientação jurídica em geral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Seção I  
Das Fontes De Receita

Art. 81 - São fontes de receita do FLPS com destinação exclusiva para acumulação de reserva financeira com finalidade de prover o pagamento dos benefícios de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá:

- I - contribuição dos Patrocinadores;
- II - contribuição dos Segurados;
- III - frutos auferidos com os bens, direitos, ativos e demais componentes do patrimônio do IPMT.
- IV - multas, atualizações monetárias, se houver, e juros moratórios eventualmente recebidos;
- V - receitas patrimoniais e financeiras;
- VI - doações, legados e subvenções;
- VII - bens imóveis dominicais de titularidade do município, de autarquias e fundações públicas municipais cedidas ao IPMT, mediante ato do Poder Executivo;
- VIII - créditos de natureza previdenciária devidos ao IPMT;
- IX - créditos devidos à conta da compensação financeira entre regimes previdenciários, prevista no §9º, art. 201, da Constituição Federal;
- X - créditos, tributários e não tributários inscritos em dívida ativa do Município de Taperoá, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação, cedidos ao IPMT mediante ato do Poder Executivo, devidamente endossado pelo Procurador Geral do Município;
- XI - participações societárias de propriedade do Município, de suas autarquias e fundações, cedidas ao IPMT mediante ato do Poder Executivo;
- XII - participações societárias de propriedade de empresas públicas ou sociedades de economia mista do Município, na forma da lei;
- XIII - operação de financiamento, no montante necessário para a complementação do fundo de Reserva Técnica, junto a Instituições Financeiras;
- XIV - utilização de recursos oriundos do processo de privatização de empresas públicas municipais;
- XV - créditos relativos à participação governamental obrigatória nas modalidades de royalties, participações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

especiais e compensações financeira, cedidos ao IPMT, mediante ato do Poder Executivo;

XVI - créditos oriundos de recuperações de contribuições indevidas relativas ao PASEP e outras modalidades instituídas pelo Governo Federal, cedidos ao IPMT mediante ato do Poder Executivo;

XVII - renda líquida dos concursos de prognósticos, considerando todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas;

XVIII - aportes provenientes de Certificados de Recebíveis Imobiliários - Cris, cotas de Fundos de Investimentos e Direitos Creditórios - FIDCs, Fundos Imobiliários e Certificados de Direitos Creditórios Imobiliários - CDC-I;

XIV - outras receitas não previstas nos itens precedentes.

§1º - Constituem também fonte do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II incidentes sobre o décimo terceiro salário e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§2º - O Fundo terá caráter contributivo e regime de capitalização, pelo menos para os benefícios de aposentadoria e será organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§3º - Nenhuma prestação do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.

§4º - As fontes de receita previstas nos incisos do caput deste artigo serão regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo, podendo este delegar esta função ao Presidente do IPMT.

§5º - As receitas de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento dos benefícios previdenciários relacionados no art. 16, salvo o valor destinado a taxa de administração para a manutenção desse Regime, conforme disposto do art. 79 desta Lei.

Art. 82 - O IPMT terá seus gastos administrativos mantidos pelos recursos do FLPS, até o limite anual de dois





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

por cento do total gasto com os seus segurados no exercício anterior.

§1º - A extinção, mediante autorização prévia da Câmara Municipal e Conselho Municipal de Previdência, somente dar-se-á no caso de inequívoca comprovação da absoluta impossibilidade de sua manutenção.

§2º - No caso de extinção do regime previdenciário do município, será o seu patrimônio destinado exclusivamente para assumir integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à sua extinção, ficando o Município responsável pela eventual insuficiência dos recursos para fazer frente aos compromissos aqui citados.

§3º - Em nenhuma hipótese poderá haver transferência de recursos do IPMT para outras finalidades que não seja o pagamento dos benefícios previdenciários aqui previstos, com exceção das despesas previstas no caput.

§4º - É vedada a utilização dos recursos do FLPS para pagamento de assistência médica e financeira aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.

§5º - A extinção do IPMT, que se trata da unidade gestora do regime próprio de previdência social do Município, não acarretará na extinção do FLPS e do próprio sistema previdenciário próprio de Taperoá, ficando seus recursos destinados a constituir o patrimônio da futura unidade gestora e para os fins dispostos no §1º deste artigo.

Seção II  
Da Contribuição Previdenciária

Art. 83 - O percentual da remuneração do servidor segurado ativo e inativo ou pensionista, bem como, o percentual do montante da folha mensal dos servidores segurados ativos a ser repassado como contribuição para o IPMT, será o determinado por esta Lei e poderão ser alteradas segundo a necessidade verificada através de estudos atuariais.

§1º - O Poder Executivo deverá, mediante Lei alterar os percentuais de contribuições previstos no §2º deste artigo, desde que o custo total dos benefícios previdenciários assim o exija, com base em estudo atuarial,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

observado como limite o estabelecido na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

§2º - Decorridos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, a contribuição previdenciária para o IPMT será de:

I - 11,00% (onze por cento) do que percebe, como remuneração de contribuição mensal, para os servidores segurados ativos;

II - 11,00% (onze por cento) do que ultrapassar o teto estabelecido para o Regime Geral de Previdência, como remuneração de contribuição mensal, para os servidores segurados inativos e os pensionistas;

III - 11,00% (onze por cento) sobre remuneração de contribuição mensal dos servidores segurados ativos, como contribuição do Município, denominada de contribuição patronal.

§3º - Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei, incorporadas, percebidas pelo segurado, exceto:

I - salário-família;

II - diária;

III - ajuda de custo;

IV - indenização de transporte;

V - adicional pela prestação de serviço extraordinário ou hora-extra;

VI - adicional de férias;

VII - adicional de insalubridade e periculosidade;

VIII - auxílio-alimentação;

IX - abono de permanência.

§4º - É permitida, segundo manifestação por escrito do segurado, a inclusão das verbas remuneratórias oriundas de função de confiança ou cargo em comissão na base de cálculo da contribuição, possibilitando o compute das mesmas para efeito de cálculo dos proventos dos benefícios de:

I - Aposentadoria por invalidez;

II - Aposentadoria compulsória;

III - Aposentadorias voluntárias exceto aquela prevista no art. 24;

IV - Auxílio-doença; e

V - Salário-maternidade;





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

§5° - Os benefícios excluídos do artigo anterior serão calculados de acordo com o previsto nos respectivos dispositivos de regulamentação da presente lei.

§6° - O décimo terceiro salário será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§7° - As contribuições correntes a serem descontadas dos segurados e a respectiva parte patronal serão calculadas pelo IPMT, segundo os relatórios de folha de pagamento, que deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de pagamento da remuneração mensal, do décimo terceiro salário e da decisão judicial ou administrativa, ficando esta sob a responsabilidade do dirigente de pessoal do órgão, entidade ou Poder a que o segurado estiver vinculado.

§8° - Do valor da contribuição previdenciária corrente poderão ser descontados os débitos do IPMT junto ao Município referentes:

- I - aos recolhimentos indevidos da parte patronal;
- II - aos benefícios previdenciários de responsabilidade do regime pagos diretamente pelo Município.

§9° - A contribuição previdenciária repassada em atraso fica sujeita a juros de 1% (um por cento) ao mês de atraso, sendo este computado a partir do mês subsequente ao do dia de vencimento da contribuição, além de multa de 10% (dez por cento) e da devida correção monetária.

§10 - Todos os recursos oriundos da contribuição patronal serão repassados ao IPMT, que como gestor único, destiná-los-á exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários, ressalvada taxa de administração estabelecida nesta Lei Complementar.

§11 - Os recursos que excederem o montante necessário para atingir o equilíbrio financeiro e atuarial do IPMT, poderão ser utilizados pelo Tesouro Municipal para cumprimento das suas obrigações com Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taperoá.

Art. 84 - Os déficits do sistema apurados nas avaliações atuariais anuais e destinados à composição de sua reserva matemática de tempo passado, serão objeto de negociação entre o IPMT, representado pelo Conselho Municipal de Previdência, e a Administração Municipal.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 85 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar o pagamento, com atualização monetária pelo IPCA e juros de seis por cento ao ano, da dívida junto ao regime próprio de previdência decorrente das contribuições previdenciárias inadimplidas.

§1º - O parcelamento previsto no caput será estendido às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Município de Taperoá, bem como ao Poder Legislativo.

§2º - O prazo de parcelamento será de até trezentos meses e o valor do parcelamento será firmado através de termo de confissão de dívida que indicará também o valor de cada parcela e sua devida atualização na forma do caput.

§3º - Fica autorizado pelo Município de Taperoá a retenção do FPM, na parcela do dia 30 de cada mês, das parcelas do termo de confissão de dívida celebrado na forma deste artigo.

§4º - Aplica-se no que couber a regulamentação estipulada no art. 83 para o a consignação do parcelamento previsto no parágrafo anterior.

**CAPÍTULO II  
Da Fiscalização**

**Seção I  
Do Conselho Municipal de Previdência**

Art. 86 - Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão superior de deliberação colegiada, com a seguinte composição:

I - 3 (três) conselheiros representantes do Poder Executivo e seus respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um deles o Secretário Municipal da pasta a que couber atribuições de previdência;

II - 1 (um) representante do Poder Legislativo e seu respectivo suplente, indicado pelos Vereadores;

III - 1 (um) conselheiro representante dos segurados ativos e seus respectivos suplentes, eleitos em assembléia dos seus pares; e

IV - 1 (um) conselheiro representante dos inativos e pensionistas e seus respectivos suplentes, também eleito em assembléia dos seus pares.

§1º - Caberá ao Prefeito Municipal a nomeação dos membros do CMP, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§2º - O cargo de conselheiro não será remunerado, sendo o seu serviço considerado de alta relevância para o Município de Taperoá.

§3º - Dentre os membros do CMP será escolhido um Presidente, que exercerá esta função pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma vez por igual período.

§4º - O CMP será presidido pelo Secretário Municipal com atribuições relativas ao Sistema de Previdência e será responsável por:

I - cumprir e fazer cumprir a presente lei e as deliberações do CMP;

II - presidir as reuniões do CMP seguindo a pauta do dia e se responsabilizando pela votação dos assuntos necessários;

III - solicitar junto ao Presidente do IPMT os atos necessários ao bom funcionamento do CMP no desempenho de suas funções legais;

IV - escolher a cada reunião do CMP um dos membros para secretariar a reunião, ficando este responsável em auxiliar o Presidente durante os trabalhos, além de efetuar a leitura dos documentos e confecção da ata;

V - representar o CMP ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tanto, constituir mandatários com poderes especiais;

VI - executar outras atividades que sejam de interesse do CMP.

VII - Exercer o voto de qualidade em de empate nas deliberações do órgão.

§5º - O CMP reunir-se-á, ordinariamente, na primeira quarta-feira de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, não podendo ser adiada a reunião por mais de quinze dias, se houver requerimento nesse sentido do Presidente ou da maioria dos conselheiros.

§6º - Poderá ser convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias reunião extraordinária por seu Presidente, ou a requerimento de no mínimo 3 (três) dos seus membros.

§ 7º - Os membros do CMP não serão destituíveis ad nutum de que trata os incisos III e IV di art. 87, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados, em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

§8º - Para exercer a função de conselheiro do CMP o candidato deve contar no mínimo com formação em nível médio completa e, ainda, contar no mínimo com 30 h (trinta horas) de capacitação em Regimes Próprios de Previdência, ministrada por instituição idônea com capacidade técnica comprovada ou pelo próprio IPMT.

Art. 87 - Os representantes dos segurados ativos e dos inativos, deverão ser escolhidos em assembléia dos seus pares, convocada para tal fim pelos sindicatos, devendo contar no mínimo com 50% (cinquenta por cento) do total de segurados ativos e inativos respectivamente, em primeira convocação, caso não seja atingido o quorum mínimo será escolhido em segunda convocação com qualquer quorum.

§1º - Os segurados interessados na candidatura ao cargo de membro do CMP, deverão possuir os requisitos previstos no parágrafo 8º, do artigo anterior e se apresentar com antecedência ao respectivo sindicato para inscrição da sua chapa que contará com um candidato a suplente.

§2º - Serão eleitos os segurados ativos e inativos que obtiverem maior número de votos válidos.

§3º - O Presidente do IPMT será responsável pela regulamentação do procedimento eleitoral cabível.

§ 4º - O candidato a conselheiro ou a suplente, que no ato da inscrição não cumprir os requisitos aqui elencados não poderá participar do processo eleitoral.

Art. 88 - As decisões proferidas pelo CMP deverão ser publicadas Boletim Oficial do Município.

Art. 89 - Constituirá quorum mínimo para as reuniões do CMP a presença de 3 (três) conselheiros, sendo exigível para a aprovação das matérias ordinárias o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes e da maioria de seus membros para as deliberações a respeito dos incisos I, IV, V, VII, VIII, IX, XI e XIII do artigo seguinte.

Art. 90 - Compete ao CMP:

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá;

II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá;

III - conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira do IPMT;





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

IV - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

V - deliberar sobre a alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do IPMT, sem prejuízo da satisfação das exigências legais pertinentes;

VI - definir e regulamentar a atuação do Comitê de Investimento, bem como, observando a legislação de regência, definir as diretrizes e regras relativas à aplicação dos recursos econômico-financeiros do IPMT, à política de benefícios e à adequação entre os planos de custeio e de benefícios;

VII - apreciar e aprovar, anualmente, os planos e programas de benefícios e custeio do regime de previdência;

VIII - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

IX - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do IPMT;

X - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá;

XI - apreciar a prestação de contas quadrimestrais e anuais a serem remetidas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), emitindo parecer sobre sua regularidade de acordo com as normas gerais de contabilidade pública, devendo, se necessário for, contratar auditoria externa, a custo do IPMT;

XII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência, utilizando para tanto os prestadores de serviços do IPMT e na ausência destes indicando profissional capacitado com ônus para o IPMT;

XIII - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá, nas matérias de sua competência; e

XIV - acompanhar e apreciar, mediante relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos do regime de previdência;

XV - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social de Taperoá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO

---

**Seção II**  
**Do Conselho Fiscal do IPMT**

Art. 91 - O IPMT terá como órgão responsável para examinar suas contas um Conselho Fiscal composto por três membros, segurados, sendo dois indicados, com os respectivos suplentes, em processo eleitoral específico, realizado entre os segurados ativos e os segurados inativos e pensionistas na forma estabelecida nos artigos 83 e 84 da presente Lei, para o exercício de mandato de dois anos, e o outro, com o respectivo suplente, pelo Prefeito Municipal vedada a recondução em ambos os casos.

§1º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada quadrimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pelo CMP;

II - examinar e emitir parecer sobre o balanço anual e as contas apuradas nos balancetes;

III - examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do IPMT;

IV - lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;

V - relatar, ao CMP, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo as medidas que julgar necessárias.

§2º - Os membros do Conselho Fiscal não são destituíveis "ad nutum", somente podendo ser afastados em conformidade com o que dispõe o § 7º do art. 87 desta lei.

**TÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 92 - As importâncias destinadas ao FLPS são de exclusividade do IPMT e, em caso algum, terão aplicação diversa do que tiver sido estabelecido nos termos desta Lei, pelo que serão nulos de pleno direito, os atos praticados em dissonância com o nela disposto, ficando seus autores sujeitos às penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal em que venham a incorrer.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 93 - A gestão poderá ser contratada ou terceirizada com empresa especializada, escolhida pelo Presidente do IPMT.

Art. 94 - Prescreve em 5 (cinco) anos o direito de cobrar dívidas do IPMT e em 10 (dez) anos o direito de exigir seus créditos.

Art. 95 - O IPMT poderá efetuar seus pagamentos por meio de ordens de pagamento ou cheques emitidos por seu Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro.

Art. 96 - O benefício concedido ao segurado ou seus dependentes não poderá, salvo quanto às importâncias devidas ao próprio Município e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial, ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito sua venda ou cessão, ou a constituição, sobre ele, de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para seu recebimento.

Art. 97 - O IPMT poderá recusar a entrada de requerimento de benefício previdenciário que estiver desacompanhado da documentação necessária, sendo obrigatório, nesse caso, o fornecimento de comprovante de recusa, para ressalva de direitos.

Art. 98 - O benefício devido ao segurado ou dependente incapaz será pago a título precário durante 3 (três) meses consecutivos, mediante termo de compromisso lavrado no ato do recebimento, a herdeiro necessário, obedecida a ordem vocacional da Lei Civil, só se realizando os pagamentos subseqüentes a curador judicialmente designado.

Art. 99 - Não haverá restituição de contribuições, salvo na hipótese de recolhimento indevido, nem se permitirá ao beneficiário à antecipação do pagamento de contribuições para fim de percepção de benefício.

§1º - A restituição será apurada pelo IPMT que se responsabilizará pelo pagamento das contribuições indevidas, que serão feitos mensalmente no mesmo montante descontado do servidor iniciando pela contribuição indevida mais antiga e finalizando com a mais atual.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 100 - A infração de qualquer dispositivo desta lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeitará o responsável, sem prejuízo do disposto no artigo 73 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme a gravidade da infração, à multa de 1 (uma) a 10 (dez) vezes o valor do menor vencimento pago pelo Município.

Parágrafo único - O Presidente do IPMT é competente para aplicar a multa imposta por infração de dispositivos da presente Lei, sendo obrigatório o desconto em folha de pagamento.

Art. 101 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar servidores do quadro de efetivos e comissionados da estrutura administrativa do município para lotação no IPMT.

Art. 102 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao art. 84, a partir do primeiro dia do mês seguinte ao nonagésimo dia posterior à sua publicação, sendo mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos praticados na forma da legislação anterior.

Art. 103 - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEROÁ, 02 de fevereiro de 2009.**

  
**Deoclécio Moura Filho**  
**Prefeito Constitucional**